

Exposição de motivos:

O embrião da União Europeia surgiu com a CECA e da necessidade de se criar um espaço aberto com determinadas liberdades comerciais entre os seus membros. Com o desenrolar do tempo, e com a criação de novos tratados, surgiu a CEE, ainda muito centrada nas questões económicas. Mais recentemente, em 1992, com o tratado de Maastricht, surge a União Europeia que, não deixando de privilegiar o aspecto económico, começa a ter mais preocupações com as questões sociais e com a igualdade de oportunidades entre todos os membros da União Europeia.

Os fundos comunitários são um bom exemplo dessa tentativa de se criarem condições para que todos os cidadãos dos estados membros possam ter as mesmas oportunidades de desenvolvimento económico e social. Muitos dos protocolos, tratados e/ou acordos assinados na União Europeia, visam a igualdade de oportunidades e o nivelamento das condições de vida entre os quinhentos milhões de cidadãos do espaço europeu.

Entendemos que a igualdade de oportunidades só poderá existir quando todos os membros desta extensa comunidade tiverem acesso à mesma formação de competências e aos mesmos saberes. Dentro deste espírito de convergência, a União Europeia elaborou o Protocolo de Bolonha. Com este Protocolo a Educação passou a ter planos de unificação no ensino superior que permitem aos alunos da comunidade europeia a possibilidade de verem os seus cursos reconhecidos em qualquer país.

O problema que se coloca é o de saber se os estudantes universitários têm as mesmas competências adquiridas em todos os estados membros. Existe esta uniformização do ensino ao nível superior. E as bases? As bases diferem, e em muito, de país para país.

Assim, para que haja uma igualdade efectiva de saberes e de competências, será imprescindível uma aproximação dos sistemas de ensino de todos os estados membros.

Devido à existência de grandes discrepâncias, as desigualdades tornam-se mais significativas no momento de aceder ao ensino superior, um ensino superior que se pretende uniforme, de acordo com os objectivos do Protocolo de Bolonha. Dadas as circunstâncias, ou seja, as diferenças ao nível da aquisição de competências proporcionada por cada sistema nacional de educação, cada aluno, conforme a sua nacionalidade, chega com uma bagagem diferente. E agora, imaginemos, numa situação hipotética, como seria construir várias casas com os telhados iguais, mas, no entanto, com pilares incapazes de suportar uma estrutura tão complexa. Assim, as casas não se poderiam sustentar visto que, com a falta de alicerces e de estruturas complementares, não reúnem condições para a sua sustentabilidade.

Desta forma deveríamos pensar em seguir os bons exemplos educativos existentes na União Europeia dando como exemplo a Finlândia que foi considerada, segundo o relatório do PISA e pelo segundo ano consecutivo, como o melhor país do mundo em termos educativos. Por seu turno, Portugal encontra-se na vigésima sétima posição de entre os trinta países avaliados, deixando apenas para atrás países como a Grécia, Turquia e México. Não se pretende com o nosso projecto

imitar a Finlândia, mas conseguir transpor para o nosso sistema educativo os aspectos positivos que sustentam as suas construções. Com as nossas singularidades, com a nossa capacidade de improvisação, seríamos capazes de construir as paredes e pintá-las com as cores das nossas tradições, tornando-nos bem estruturados, com a mestria dos países nórdicos, e belos, com a alegria do nosso sol.

Seríamos capazes de construir um edifício com os materiais que temos? Serão os nossos alunos incapazes de atingir os resultados de outros países?

Há países onde se impõem aos alunos padrões muito elevados de exigência. Há países onde os alunos se esforçam o máximo para atingirem parâmetros de excelência. Há países onde as escolas têm todas as condições físicas e materiais para uma boa prática pedagógica. Há países com professores bem preparados científica e pedagogicamente. E há países que não têm nada disto.

É da análise de todos estes factores, a saber, os professores, as condições das escolas, o grau de interesse dos alunos e o grau de exigência exigido, que podemos distinguir a eficácia dos vários sistemas de ensino. Defendendo-se uma uniformização do sistema de ensino superior, por que não se luta por uma maior uniformização de todo o ensino não superior?

Para podermos ter os mesmos telhados na construção europeia é necessário criarmos um curriculum idêntico no ensino obrigatório entre os vários estados membros. Um currículo com o mesmo grau de exigência, onde se trabalhem as mesmas competências, uma escola com sistemas idênticos de aprendizagem capazes de responder aos desafios comuns. Uma escola com os mesmos recursos, com a partilha de informação e de metodologias capazes de colocar os alunos no mesmo grau de conhecimentos e de competências. Uma escola com avaliação externa, um ministério da educação com avaliação externa. Porque o ensino não deve ser para a aquisição de um diploma mas para a aquisição de saberes de competências. Todos os alunos deveriam ficar sujeitos a exames externos, uniformizados, para se avaliarem os resultados e, de acordo com eles, adequar estratégias capazes de resolver os problemas detectados.

Numa Europa competitiva, num mundo cada vez mais global e competitivo, é necessário que os indivíduos tenham as competências necessárias para a concorrência cada vez maior dentro desta aldeia global. Assim é necessária a uniformização das competências a adquirir pelos alunos a nível europeu, a troca de experiências e uma avaliação independente em todos os estados da União Europeia. Só assim é possível que todos os cidadãos possam ter as mesmas oportunidades e que dentro do espaço europeu possa existir a mobilidade que tanto se deseja.

Medidas:

1. Uniformização das competências a adquirir pelos alunos da União Europeia no ensino não superior.
2. Uniformização dos programas nas disciplinas comuns.
3. Avaliação externa dos alunos e das instituições responsáveis.